

**VIII-039 - ECO-MISSÃO OU ECO-OMISSÃO?: QUESTIONAMENTO E REFLEXÃO COM ENFOQUE EM UMA VISÃO HOLÍSTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PAÍS TUPINIQUE (BRASIL)**

**Jair Tavares Gomes Neto**<sup>(1)</sup>

Tecnólogo em gestão ambiental pela Escola superior da Amazônia (ESAMAZ). Graduando em Engenharia Sanitária e ambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós graduando em Gestão, Auditoria, Perícia e Fiscalização Ambiental, pelo Instituto superior de ensino da Amazônia (IESAM). Pós graduando em projetos sustentáveis: gestão corporativa de carbono, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

**Deivid Maia de Jesus**

Graduando em Engenharia sanitária e ambiental, pela Universidade federal do Pará (UFPA).

**Jairo Lima Martins**

Graduando em Engenharia sanitária e ambiental, pela Universidade federal do Pará (UFPA).

**João Diego Alvarez Nylander**

Graduando em Engenharia sanitária e ambiental, pela Universidade federal do Pará (UFPA).

**Endereço**<sup>(1)</sup>: Rua Aracanga, 08 – Parque verde – Belém - PA - CEP: 30310-760 - Brasil - Tel: (91) 982344886 - e-mail: [jairneto.gestoramb@gmail.com](mailto:jairneto.gestoramb@gmail.com)

## RESUMO

O encargo, a missão ecológica, atribuídos à humanidade é cada vez mais presente e necessário, também emergencial, perante os problemas ambientais que nos cercam. É preciso buscar soluções para resolver estes problemas e assim fazer com que a nossa geração e as que tiverem por vir consigam obter uma melhor qualidade de vida, e uma melhor relação com as pessoas e a natureza. Mas para esse objetivo ser alcançado é preciso que todos recebam um conhecimento do assunto e que seja entregue a todos à informação. Um repasse desta informação sem nenhuma distinção de classe, credo, raça. Uma educação sobre os cuidados do meio ambiente, e dos ecossistemas.

E essa missão ecológica que a humanidade possui, muita das vezes não é realizada, essa informação que ela merece receber, esse tratamento sério com o tema é ocultado pelos governos e a falta (ou a presença e não realização) de políticas públicas adequadas é evidente, criando assim então a eco-omissão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Missão, Cidadania, Educação, Meio ambiente.

## INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre os direitos humanos, o meio ambiente e o equilíbrio de ambos os temas, mas como chegar ao mesmo? Será uma tarefa fácil ou algo que está fora do alcance ou da visão do mundo? E como agir quando a situação aparecer na sua frente? Estamos preparados? Estamos educados/orientados para isso?

São alguns dos questionamentos feitos quando é realizada a reflexão perante os fatos que acontecem de maneira desenfreada ao redor da sociedade.

Como as enchentes, as mudanças de temperatura constantes, furacões, tufões, queimadas, entre outros eventos climáticos que tempos atrás não ocorriam, e se ocorriam não era com tanta presença e frequência.

Até onde a culpa alcança alguém? A natureza faz seu papel e reage da maneira que lhe convém, não planejando ou arquitetando o resultado de seus atos.

Infelizmente a humanidade teima por imitar a mãe natureza, mas copiar a mesma desta maneira é a pior possível.

O ser humano pode pensar e analisar, buscar uma boa fuga, soluções que se caso não venham resolver, possam minimizar os problemas ambientais- muitas das vezes criado por ele mesmo.

E o mais importante desta fuga é a divulgação de informação, o repasse de conhecimento, a educação devida e correta sobre o tema, para que essa fuga não seja somente temporária, uma válvula de escape com pouco tempo de vida e uma durabilidade pífia, mas sim que passe a ser um álibi atemporal.

É imprescindível também fazer com que haja a multiplicação deste conhecimento, de forma igualitária, sem distinção alguma, fazer com que a engrenagem funcione com força total, para isso todos os parafusos tem que estar calibrados e cientes de suas ações, para torna-las em uma só.

E esse repasse de informações é direito de todos, e cabe ao governo com políticas públicas fazer com que isso ganhe a realidade.

Neste contexto que o presente trabalho vem abrir uma discussão e uma visão sobre a questão da missão da humanidade com a ecologia.

## **METODOLOGIA**

O trabalho foi baseado, na pesquisa exploratória de dados secundários, obtidos por meio de consultas bibliográficas, levantamentos bibliográficos, principalmente de legislações nacionais vigentes, da área de educação ambiental (EA).

Segundo Lakatos e Marconi (1996), o intuito de uma pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto.

Sendo que a pesquisa é de cunho exploratório, com um enfoque qualitativo.

De acordo com Chizzotti (1995, p.104) a pesquisa exploratória tem por objetivo, em linhas gerais “acabar por provocar o esclarecimento de uma situação para a tomada de consciência”.

Ocorreu primeiramente um levantamento bibliográfico profundo, no que tange a legislações a nível federal, das legislações mais importantes que tratam sobre a temática de educação ambiental, no Brasil (com enfoque para a PNEA).

E algumas legislações a nível mundial, onde foi traçado um breve histórico da educação ambiental no mundo, de um ponto de vista macro, até chegar no Brasil.

Após o levantamento, foi realizada uma análise dos principais pontos que tratam da questão da cidadania, dando ênfase e emergindo um debate, um questionamento, sobre as ações da população em relação a educação ambiental.

Foi elucidada e destacada a importância da EA para a sociedade e um breve apanhado de direitos e deveres que a mesma possui, ressaltando os desafios que esta temática enfrenta e suas dificuldades.

No final, ficou a reflexão da EA no País, o que a sociedade pode e deveria fazer.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

“A ação da educação ambiental deve vincular-se à legislação, às políticas, às medidas de controle e às decisões que o governo adote em relação ao meio ambiente” (Uma das recomendações da conferência de Tbilisi).

A conferência de Tbilisi, primeiramente, foi uma das mais importantes eventos mundiais sobre a questão de educação ambiental.

Após ela, muita coisa mudou, e muitos pensamentos foram moldados e mudados, seja a nível mundial, quanto nacional também, esta conferência traçou e norteou vários objetivos da EA.

Algumas conferências também foram importantes para a EA, como a de Estocolmo em 1972, conferência de Belgrado, entre outras.

Em 1988, na constituição Brasileira, ocorreu uma citação sobre a competência do poder público sobre a EA, neste momento, surge algo oficial e legal, e praticamente específico, que tratava da temática.

Já em 1999, houve de fato, a criação de uma lei específica sobre o tema.

A lei nº 9.795, que é a política nacional de educação ambiental (PNEA). Esta política é um marco sobre a temática no País.

O inciso X do art. 2º, da PNEA, preconiza que a EA deve ser garantida e levada a todos os entes da sociedade: “Educação ambiental a todos os níveis de ensino inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente”.

E o inciso I do art. 4º preconiza que, entre os princípios da EA, um deles deve conter o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.

O art. 5º vai mais a fundo e trata nos incisos do I, II, III, IV e VII, situações importantes em relação à informação e cidadania, da EA e do meio ambiente, como um todo.

“I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio;

do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade”.

Segundo Coimbra (2002), a árvore da educação ambiental tem que dar frutos, flores de uma cidadania que seja ativa.

Esta educação tem que repassar a informação de forma verticalizada para formalizar agentes sabedores do ambiente em que habitam para terem a preocupação e visão socioambiental, econômica e política.

A educação ambiental não é neutra e tampouco aceitará a conformidade. Ela almeja a transformação de tudo que causa ou poderá causar problemas ao planeta (GEIN, 2005).

Foi possível perceber, baseado principalmente nos resultados, documentos, de conferências ambientais internacionais e nas legislações nacionais que, para alcançar esta igualdade na informação e embasamento sobre a temática da EA é necessário repassar esta informação.

E isto, é um desafio principal dos educadores ambientais e divulgar atividades e ações, é um desafio grande para a parte governamental assumir também.

Se o desafio governamental for encarado com mais pulso sem dúvida haverá reflexo na percepção e consciência da sociedade.

Entretanto, é de suma importância o cidadão não somente absorver informações, e estes, devem, também, colocar em prática e exprimir o que lhe foi repassado, bem como, analisar e entender a importância total da EA para a sociedade.

Como a aplicação da EA pode criar um ambiente bem melhor em uma população, principalmente no que tange a cidadania e a conscientização ambiental.

E quando todos (ou uma boa parte) obtiverem esse conhecimento e informação, de forma igualitária, o ar respirado emanará ideias mais sustentáveis, ou seja, a EA é importante para todos, e todos devem participar desta, todos possuem direitos, deveres.

E cabe a todos, também, pensarem o que deve ser feito: uma eco-missão, ou uma eco-omissão.

Mediante as informações, fica a reflexão.

## **CONCLUSÕES**

Tratar de um tema como a educação é um desafio, principalmente em um país de uma extensão territorial imensa como é o Brasil, lugares de difícil acesso físico mesmo, e lugares de difícil acesso ideológico também, a educação para muitos ainda dos governos não é prioridade a cria de mentes pensantes pode incomodar e afetar, o conhecimento incertezas e dúvidas podem trazer inspiração e mobilização para a mudança, e isso não faz bem, para alguns, ainda.

E a EA carrega nas costas um peso da dificuldade da educação Brasileira, somado alguns muitos quilos de ausência de uma consciência ambiental mundial.

Esses dois pesos possuem uma relação direta com a morosidade, e a falta de interesses governamentais para divulgar e aplicar de maneira correta as ações da EA no país.

E se fazem, e agem, é de maneira pouca ou ineficiente. Isso tem que ser mudado, tem que tomar muito mais destaque, sair do anonimato, criar vida.

Tem que ser feitos planos de EA estaduais, e o mais importante, esses planos saírem das folhas de papel e ir para a realidade, e folhas temos muita, e em relação à EA também.

Muita coisa mudou, muitos pensamentos foram já enxergados e respeitados, somos amparados pela legislação, o país é agraciado como uma política nacional de meio ambiente, com princípios que traçam e dão espaço para EA, o Brasil é o único País da América latina que possui isto.

É necessário que os governantes forneçam as informações, para que a sociedade esteja capacitada em relação a EA e com uma consciência ambiental total, e que, munida desta capacitação, a sociedade aplique os ensinamentos e orientações recebidos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. COIMBRA, José de Ávila Aguiar. O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millennium, 2002.
2. CHIZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995.
3. DECLARAÇÃO DE TBILISI. Global Development Research Center. Disponível em: < <http://www.gdrc.org/uem/ee/tbilisi.html> >. Acesso em: 05 de abril de 2014.
4. DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e práticas. 6ª Ed.- São Paulo: Gaia, 1996.
5. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
6. GEIN EAT. Ambientar arte na educação. In: Philippi Júnior A, Pelicion MCF, editores. Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri: Manole; 2005. p. 102-13.

7. LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
8. LEI 6938 DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Disponível em: <[http:// http://www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/)>. Acesso em: 03 de abril de 2014.
9. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Disponível em: <[http:// http://www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/)>. Acesso em: 03 de abril de 2014.